



## DEMOCRACIA É SEMPRE A MESMA? INFLUÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES SOBRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO NA AMÉRICA LATINA E OCDE EM PERSPECTIVA COMPARADA<sup>1</sup>

### IS DEMOCRACY ALWAYS THE SAME? INFLUENCE OF INSTITUTIONS ON ECONOMIC GROWTH IN LATIN AMERICA AND OECD IN COMPARATIVE PERSPECTIVE

**Saulo Felipe Costa<sup>2</sup>**

DOI:10.29327/252935.14.1-3

Programas de Pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais  
Universidade Federal da Paraíba  
João Pessoa – Paraíba – Brasil

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política  
Universidade Federal de Campina Grande  
Campina Grande – Paraíba - Brasil

**Ana Cristina Cordeiro da Fonseca<sup>3</sup>**

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política  
Universidade Federal de Pernambuco  
Recife – Pernambuco – Brasil

**Resumo:** As instituições e suas naturezas importam tanto quanto o ambiente social em que estão inseridas. O trabalho em tela analisará a relação entre regime democrático, crescimento econômico e globalização nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e América Latina nos anos de 1990-2013. A pesquisa adotará uma estratégia empírica de natureza quantitativa, buscando a estimação de níveis de causalidade entre as variáveis dependentes (interesse e controle) e a variável independente. Se adotará uma análise de dados em formato de painel balanceado, com 1344 observações. Os resultados observados apontam para um padrão diverso da influência das instituições sobre os dois conjuntos de países analisados.

**Palavras-chave:** Regime Democrático. Crescimento Econômico. Globalização.

**Abstract:** Institutions and their natures matter as much as the social environment in which they are inserted. The work on screen will analyse the relationship between democratic regime, economic growth, and globalisation in the countries of the Organisation for Economic Cooperation and Development and Latin America in the years 1990-2013. The research will adopt an empirical strategy of a quantitative nature, seeking to estimate levels of causality between the dependent variables (interest and control) and the independent variable. A balanced panel data analysis will be adopted, with 1,344 observations. The observed results point to a different pattern of the institutions' influence on the two sets of analysed countries.

**Key-words:** Democratic regime. Economic growth. Globalisation.

---

<sup>1</sup> Os autores agradecemos aos pareceristas anônimos da Revista de Estudos Internacionais por seus comentários.

<sup>2</sup> E-mail: s.felipe@hotmail.com  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7175-0912>

<sup>3</sup> E-mail: accfnc@gmail.com  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0140-3173>

**Recebido:** 02/03/2023

**Aprovado:** 07/03/2023

### **Introdução**

O fim da Guerra Fria trouxe consigo, além da queda do Muro de Berlim e do desmantelamento da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o que Huntington (1994) intitulou de “a terceira onda de democratização”, movimento este que se espalhou tanto pelas economias latino-americanas quanto pelos países do leste europeu.

A expansão do Regime Democrático, em nível global, levou muitos pesquisadores - Adelman e Morris (1967); Barro (1989); Bates, Fayad e Hoeffler (2012); Gerring et al. (2005); Helliwell (1992); Landau (1986); Papaioannou e Siourounis (2008); Pourgerami (1988); Remmer (1990); Tavares e Wacziarg (2001); Kormendi e Meguire (1985); Kohli (1986); Weede (1983); Acemoglu et al. (2015) e Teorell (2010) - a questionarem se a escolha de dito regime político influenciaria de alguma forma ou, até mesmo, contribuiria para um maior avanço do crescimento econômico nos Estados.

Dessa forma, com o passar dos anos, observou-se uma expansão na quantidade de trabalhos que buscavam, sobretudo, uma relação causal entre o regime democrático e os seus efeitos sob a promoção – ou não – do crescimento econômico.

A literatura acerca do tema é bastante vasta, com estudos afirmando que democracia e crescimento econômico caminham juntos e outros declarando que, ao contrário do que se pensa, um maior nível de democratização não impacta de maneira positiva sobre o crescimento da atividade econômica.

Há estudos, ainda, que não identificaram qualquer relação causal entre estas duas variáveis, a exemplo dos trabalhos de Acemoglu e Robinson (2012); Acemoglu (2003); Acemoglu et al. (2015); Alesina e Rodrik (1994); Dreher (2006); Fiani (2002); Gerring et al. (2005); Grier e Tullock (1989); Lipset (1959); Papaioannou e Siourounis (2008); Przeworski e Limongi (1993); Rao (1985); Remmer (1990); Rodrik e Wacziarg (2005), Tavares e Wacziarg (2001); Wittman (1999).

A título de ilustração, pode-se citar Acemoglu et al. (2015), que constataram fatores de causalidade envolvendo democracia e crescimento econômico. Segundo eles. (2015), a democracia seria responsável por conduzir um extenso compartilhamento de poder entre os demais grupos que compõem a sociedade. Esta situação conduziria a formulação de

benefícios sociais, o que levaria, por conseguinte, a uma maior expansão da atividade econômica.

Mais do que isso, é possível perceber também que, em alguns casos, observa-se um singelo crescimento econômico em alguns países democráticos, como destacaram pesquisas empíricas de Przeworski e Limongi (1993) e Gerring et al. (2005). Nesse sentido, considera-se que a imprecisão dos resultados – se o regime democrático favorece o crescimento econômico ou não – reside no fato de que a pergunta da pesquisa não foi realizada de forma adequada. O mais apropriado, nessa situação, seria considerar, primeiramente, a longevidade do regime democrático e, em seguida, questionar se a durabilidade das instituições políticas favorece – ou não – o crescimento econômico.

É importante salientar, contudo, que os estudos empíricos a respeito da temática não encontraram consenso acerca dos efeitos do regime democrático sobre o crescimento econômico. Assim, este artigo pretende lançar luz na relação destes conceitos, buscando mensurar como eles se processam em diferentes regimes institucionais: jovens democracias e democracias consolidadas.

Nesse sentido, algumas perguntas se fazem pertinentes, a saber: em relação a América Latina, comparado aos períodos ditatoriais, o regime democrático, de fato, impulsionou um crescimento na economia da região? A longevidade democrática incita o desenvolvimento econômico? Qual é a influência real da globalização, entendida, nesse caso, como abertura de mercado, nas economias do continente latino-americano e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)?

Com o intuito de elucidar as questões proferidas, o artigo se concentrou no recorte temporal de 1990 a 2013 para analisar a relação causal entre as variáveis democracia, crescimento econômico e globalização nos países outrora citados. Para facilitar a compreensão do leitor, ele se estrutura em quatro seções. A primeira seção introduz uma revisão de literatura sobre as relações existentes entre crescimento econômico, regime político e globalização, evidenciando que não existe um consenso sobre o debate em questão.

Em seguida, apresentam-se informações referentes aos países outrora selecionados, destacando as hipóteses que fomentam a pesquisa e as variáveis que serão adotadas para construir e analisar os dados, no recorte temporal proposto. Na terceira seção, apresentam-se

os resultados das análises realizadas a partir das variáveis selecionadas. Por fim, as considerações finais são traçadas a partir dos modelos e análises realizados.

### **1. Revisão de literatura: regime democrático, crescimento econômico e globalização**

Como visto, existe um debate na literatura a respeito da relação causal entre regimes democráticos e crescimento econômico<sup>4</sup>. A variável democrática depende diretamente do avanço das estruturas econômicas, uma vez que foram estas que possibilitaram a solidificação do regime democrático, evitando conflitos entre as diversas classes sociais.

Em contrapartida, Schumpeter (1961), Huntington (1968) e Lindblom (1977) argumentam que a relação entre democracia e crescimento econômico é, no mínimo, controversa. Mais do que isso, Huntington (1968) destaca que a redução de lucros, investimentos – processos esses que desaceleram o crescimento econômico – são provocadas pelas demandas realizadas pela sociedade ao Estado. Dessa forma, o Estado, ao atender o que está sendo requisitado pela população, acaba por postergar ou, até mesmo, retardar a sua própria expansão econômica.

Ainda nesse entendimento, Acemoglu (2003) alega que, não apenas os regimes democráticos, como também os oligárquicos, são responsáveis por diminuir a capacidade de crescimento econômico do Estado. Para o autor, as oligarquias, ao privilegiarem alguns grupos em detrimento de outros, acabam criando barreiras à entrada de grupos concorrentes, fazendo, assim, com que a distribuição dos recursos públicos não ocorra.

Seguindo esse pensamento, e analisando o caso dos regimes democráticos, Acemoglu (2003) explana que as democracias fornecem direitos iguais a todos, não barrando a entrada de nada e possibilitando, assim, a redistribuição e a equalização desses recursos.

Em princípio, nos regimes oligárquicos, o crescimento se dá em um período inicial. Posteriormente, devido as barreiras que são colocadas pelo governo, esse crescimento tende a diminuir, já que não existe uma concorrência direta aos grupos privilegiados pelo regime político.

O impacto que as democracias efetuam no sistema econômico, influenciando ou não o seu crescimento, acabou criando uma dicotomia analítica sobre o tema. Seguindo esse ponto

---

<sup>4</sup> Para mais informações, ver: Adelman e Morris (1967); Barro (1989); Bates, Fayad e Hoeffler (2012); Gerring et al. (2005); Helliwell (1992); Landau (1986); Papaioannou e Siourounis (2008); Pourgerami (1988); Remmer (1990); Tavares e Wacziarg (2001); Kormendi e Meguire (1985); Kohli (1986); Weede (1983); Acemoglu et al. (2015) e Teorell (2010); e Lipset (1959).

de vista, Bénabou (1996) e Lizzeri e Persico (2004), *e.g.*, defendem que o governo, quando promove políticas de distribuição de bens públicos, acaba por estimular a economia.

Uma dessas políticas de distribuição de bens públicos pode ser, por exemplo, o incentivo à educação, como foi o caso da Coreia do Sul, na década de 1950, logo após o encerramento da guerra da Coreia (Kissinger, 2014). O caso sul-coreano é importante, uma vez que o país elevou o seu patamar, saindo da condição de pobreza extrema para uma das economias mais desenvolvidas no sistema internacional (Calvocoressi, 2011).

Destacando o caráter dicotômico da análise, pode-se citar Alesina e Rodrik (1994) e Persson e Tabellini (1994). Para esses autores, a redistribuição de bens públicos garante poderes ao eleitor mediano, que começa a demandar cada vez mais do Estado. O Estado, por sua vez, para atender a essas demandas, acaba reduzindo investimentos, provocando uma redução do crescimento econômico. Toda essa situação culmina em uma maior ineficiência econômica do Estado.

Seguindo por outra linha, alguns autores, como Acemoglu e Robinson (2012), sustentam que a implementação de regimes democráticos é mais provável de ocorrer em Estados com altos níveis de desigualdade social. De acordo com eles, as democracias seriam responsáveis por reduzir as desigualdades econômicas da sociedade, em um período de longo prazo.

Dessa forma, o regime democrático se configuraria como um instrumento ativo para a resolução de conflitos sociais. O regime autoritário, por outro lado, ao favorecer oligarquias ou, até mesmo, pelos níveis de corrupção do governo, acabariam por gerar uma perda na eficácia econômica.

Uma das vantagens do regime democrático é a possibilidade que este dá, à sociedade civil, de avaliar se as medidas adotadas pelo governo foram boas ou não. Wittman (1999) defende que esta possibilidade se configura como uma grande regalia das democracias.

No que diz respeito a forma da globalização afetar os países, a mesma falta de consenso pode ser observada entre os autores. Para efeitos práticos, a globalização pode ser entendida como a abertura comercial dos países.

Dessa forma, a dicotomia abertura comercial x crescimento econômico endógeno ganhou a devida atenção dos autores na década de 1980, fazendo com que a literatura a respeito do tema apresentasse o seguinte questionamento: a ampliação do tamanho do

mercado, ou seja, a abertura comercial, favorecida, em sua grande maioria, pelo cenário de globalização que o mundo estava adentrando, se mostrou – ou se mostraria, positiva para os demais Estados?

Mais do que isso, a abertura comercial, impulsionada pelos fluxos da globalização, aceleraria ou retardaria o crescimento econômico dos Estados que optaram por se abrir para o comércio internacional? (Nogueira & Ferreira, 2017).

O *boom* neoliberal da década de 1970, o esgotamento das fronteiras comerciais entre os países, a tentativa da construção de um mundo integrado economicamente, durante muito tempo, foi vista com entusiasmo. No entanto, com o decorrer dos anos, pôde-se, de fato, observar uma melhora na economia interna dos países que adentraram nesse cenário, até então, incerto?

De acordo com Harrison (apud Nogueira & Ferreira, 2017), uma maior abertura comercial acabaria por afetar a política econômica no longo prazo. Mais do que isso, o autor argumenta que a abertura comercial afetaria positivamente o avanço tecnológico do país, uma vez que o aumento das importações possibilitaria o acesso a novas tecnologias, antes não existentes no mercado nacional. Dessa forma, na visão do autor, entende-se que a abertura comercial corrobora para um maior crescimento econômico dos Estados.

Por outro lado, conforme argumenta Schumpeter (idem, p. 532), a abertura comercial carrega consigo um aumento da competição, que pode desencorajar a inovação ao diminuir os lucros esperados.

A literatura aponta ainda os seguintes benefícios da abertura comercial para o crescimento econômico: *spillovers* tecnológicos; transmissão internacional de conhecimento; maior facilidade na obtenção de eficiência alocativa; especialização na produção de acordo com as vantagens comparativas; ganhos de eficiência em virtude da maior escala dos mercados; e incentivo à adoção de política disciplinada de gestão macroeconômica. Por outro lado, [...] na presença de imperfeições institucionais e de mercado, a abertura comercial pode contribuir para uma subutilização de recursos humanos e de capital, concentração em atividades econômicas extrativas ou especialização em setores de baixa tecnologia. Dessa forma, a abertura influenciaria negativamente a formação bruta de capital e o crescimento econômico. (Nogueira & Ferreira, 2017).

Por outro lado, é pertinente destacar que a abertura comercial *per se* não garante que o crescimento econômico vá trazer benefícios diretos para o Estado em questão. Em alguns casos, reformas internas são necessárias para que a promoção do crescimento seja

contemplada em outras áreas como uma melhoria na qualidade do capital humano, por exemplo (Magalhães, Branco & Cavalcanti, 2007).

Cabe, por fim, salientar que a abertura de mercado realizada nos países em desenvolvimento difere, em muito, da forma como essa mesma abertura é feita em países desenvolvidos. Nesse sentido, é oportuno averiguar se “[...] os países menos desenvolvidos devem focar nas atividades em que possuem vantagens comparativas ou devem proteger indústrias-chave para o crescimento” (Lee apud, Nogueira & Ferreira, 2017), uma vez que a abertura pode-se mostrar não vantajosa para economias não tão fortificadas.

Com isso, a partir dos autores citados, percebe-se, de forma bastante clara, que ainda há divergências na associação entre as variáveis democracia, crescimento econômico e globalização, não existindo um consenso na literatura acerca da relação entre elas.

## **2. América Latina x OCDE: existe relação?**

No caso dos países latino-americanos, no decorrer do tempo, observou-se alternâncias nos sistemas políticos da região; alternâncias essas que variam entre regimes com distribuição de poder reduzida ou não. Os exemplos chileno e brasileiro merecem destaque, uma vez que essas economias apresentaram um crescimento econômico notável no período em que passaram por governos militares.

No caso do Brasil, os governos de Costa e Silva (1967-1969) e Ernesto Geisel (1974-1979) presenciaram o “milagre econômico” (Oliveira, 2005). O Chile, por sua vez, experimentou políticas de caráter neoliberais, implementadas no governo de Pinochet (1973-1981), que foram responsáveis por impulsionar o desenvolvimento econômico do país (Magnoli & Barbosa, 2013). No entanto, importa destacar que a relação entre democracia e crescimento econômico tem-se mostrado variante nas pesquisas dos autores aqui citados.

Sloan e Tedin (1987), ao examinarem 20 países da América Latina, no período de 1960-1979, observaram que os governos ditatoriais foram responsáveis pelo *boom* econômico em alguns Estados da região. Por outro lado, Grier e Tullock (1989), ao analisar 59 países nos demais continentes do mundo, no período de 1961-1980, constataram que as democracias apresentaram maiores índices de desenvolvimento econômico do que os países não democráticos, contrastando com o que Sloan e Tedin (1987) haviam averiguado em relação aos países latino-americanos no mesmo recorte temporal.

Já os países-membros da OCDE são formados, em sua maioria, por economias consolidadas com altos níveis democráticos e de desenvolvimento. É notável a qualidade das instituições democráticas em alguns desses países. Como, em sua grande maioria, não passaram por períodos ditatoriais ou por uma situação semelhante à da Rússia, esses países se apresentam como casos peculiares que carecem de análise e investigação. Nesse sentido, faz-se pertinente entender se o nível de democratização dos regimes políticos afetou positivamente o desenvolvimento econômico dos membros da OCDE.

Para além disso, propõe-se a entender, ainda, a interrelação entre regime político, crescimento econômico e globalização. A variável globalização adota como *proxy* abertura comercial, entendida como a variação das exportações de bens e serviços dos países em análise. Assim, busca-se averiguar como essa abertura se comporta em cada um dos países e entender suas influências sobre a relação entre natureza do regime e atividade econômica.

Com o intuito de averiguar uma possível relação entre as variáveis democracia, crescimento econômico e globalização, foram selecionados 56 países, a saber: Argentina, Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Coreia do Sul, Costa Rica, Dinamarca, El Salvador, Equador Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Guatemala, Guiana, Grécia, Holanda, Honduras, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Jamaica, Japão, Letônia, Luxemburgo, México, Nicarágua, Nova Zelândia, Noruega, Panamá, Paraguai, Polônia, Portugal, Peru, Reino Unido, República Dominicana, Rússia, Suriname, Uruguai e Venezuela. Nesse sentido, o banco de dados será constituído em formato de painel balanceado, contemplando 1344 observações. Com  $N=56$  e  $T=23$ .

A escolha desses países se deu pela relevância deles no cenário internacional e pela disponibilidade de informações referentes ao recorte temporal analisado. Outrossim, optou-se pelo período de 1990-2013, uma vez que este afunilamento permite averiguar tanto a onda de redemocratização da América Latina, quanto o comportamento dos países da OCDE enquanto democracias mais fortificadas. Com isso, decidiu-se pelo uso de duas hipóteses para fundamentar o trabalho, sendo elas:

H<sub>1</sub>: Um maior nível de democratização é responsável por gerar um maior crescimento econômico nos países analisados.

H<sub>2</sub>: Um maior nível de globalização nos Estados escolhidos afeta, de forma positiva, o desenvolvimento econômico nos países outrora citados.



Com isso, a pesquisa que culminou nesse artigo adotou uma estratégia empírica de natureza quantitativa, buscando a estimação de níveis de causalidade entre as variáveis independentes de interesse e controle e a variável dependente. A relação causal será feita por meio de uma análise de regressão.

Além do mais, a pesquisa busca entender a interrelação entre regime político, crescimento econômico e globalização, averiguar o comportamento da globalização em cada um dos países selecionados e entender os aspectos de suas influências sobre a relação natureza do regime e atividade econômica. Para tanto, a descrição das variáveis utilizadas se faz necessária:

2.1. Variável Dependente: Como *proxy* para “crescimento econômico”, optou-se pela variação percentual do PIB de cada país, fornecida pelo *World Economic Outlook Database* do Fundo Monetário Internacional (FMI) e adotado por Gerring et al. (2005).

2.2. Variáveis Independentes de Interesse:

- a) Amplitude Democrática: como *proxy*, seguindo Acemoglu et al. (2015), optou-se pela combinação de indicadores de democracia, *Freedom House* e *Polity IV*. A partir de procedimentos de normalização, esses indicadores passaram a constituir um único indicador do grau de aprofundamento democrático dos países. Essa categorização abarca a existência e extensão dos direitos civis e políticos dos cidadãos, com escala entre 0 a 10. Assim, zero representa ausência de democracia e 10 o mais elevado grau de amplitude democrática. Os valores concernentes a esta variável foram extraídos da base de dados do *Quality of Government Institute* (QOG).
- b) Estabilidade Institucional: utilizou-se como *proxy* a durabilidade do regime político (ausência de rupturas institucionais), que consiste em uma contagem contínua do número de anos desde a última alteração no regime político do país. A cada mudança de regime, a variável assume valor zero e a contagem é reiniciada.
- c) Globalização: optou-se pela adoção de dois indicadores para mensurar os efeitos da globalização sobre o crescimento econômico, um de natureza econômica, e outro de natureza política, ambos com escala de 1 a 100.
  - c.1) Globalização Econômica: A globalização econômica (escala de 1 a 100), abrange tanto os fluxos comerciais quanto os financeiros. *De facto*, o comércio é determinado com

referência a comercialização de bens e serviços. *De jure*, o comércio abrange os direitos aduaneiros, impostos e restrições comerciais.

c.2) Globalização Política: *De facto*, a globalização política (escala de 1 a 100) se refere à quantidade de embaixadas e organizações não governamentais internacionais (ONGs), juntamente com a participação em missões de paz da ONU. *De jure*, a globalização política diz respeito à adesão a organizações e tratados internacionais.

### 2.3. Variáveis Independentes de Controle:

- a) Capital humano: seguindo Acs et al. (2014), optou-se pelo “índice de capital humano” disponível no *Penn World Table*, com metodologia proposta em Barro e Lee (2013), que aborda anos de escolaridade para medição do capital humano, e em Psacharopoulos (1994), que contempla a taxa de retorno macroeconômico do investimento em educação. O termo quadrático dessa variável (capital humano) foi incluído nos modelos de regressão para controlar a depreciação sofrida pelo efeito da experiência sobre a remuneração da mão-de-obra.
- b) Dívida pública: de acordo com Fittipaldi et al. (2017), adotou-se a dívida bruta do governo como percentual do PIB como *proxy* para a capacidade de investimento do setor público. Utilizou-se dados provenientes do “Fundo Monetário Internacional” (FMI).
- c) População: adotou-se o tamanho da população em escala logarítmica como variável de controle.

Para fins metodológicos, as variáveis selecionadas com as suas relativas descrições são apresentadas na Tabela 1.

**Tabela 1:** Lista de variáveis.

Variável	Tipo	Parametrização	Fonte
Dependente			
Crescimento Econômico	Contínua	Taxa de variação percentual anual do PIB.	FMI
Independente			
Estabilidade institucional	Contínua	Contagem de anos desde a última ruptura institucional	QOG
Amplitude democrática	Contínua	Índice sintético a partir dos índices <i>Freedom House</i> e <i>Polity IV</i> , com escala de 0 a 10.	QOG
Globalização econômica	Contínua	Índice de globalização econômica com escala de 1 a 100.	QOG

Globalização política	Contínua	Índice de globalização política com escala de 1 a 100.	QOG
Controle			
Capital humano <sup>2</sup>	Contínua	Índice proposto por Barro e Lee (2013) e Psacharopoulos (1994), que aborda anos de escolaridade e taxa de retorno macroeconômico do investimento em educação.	QOG
Peso relativo da dívida pública	Contínua	Participação percentual da dívida pública no PIB.	FMI
(ln)População	Contínua	Logaritmo natural da população.	FMI

Fonte: Elaborado pelos autores.

### 3. Resultados das análises

Esta pesquisa apresenta um corte temporal (1990-2013), o qual se buscará evidências de uma relação de causalidade entre democracia, globalização e crescimento econômico (Tabela 2). Com o objetivo de mapear essas evidências empíricas, foram selecionados 56 países da América Latina e OCDE. A seleção destes países se deu pela relevância regional e/ou disponibilidade de informações consolidadas para o período estudado.

Além disso, a intenção da pesquisa em andamento é verificar se a ampliação das regras democráticas, com maior inclusão de direitos políticos, produz efeito positivo sobre a taxa de crescimento econômico e se o maior grau de internacionalização das economias e das políticas, e, conseqüentemente, o maior nível de globalização dos países selecionados, impactaram de forma positiva a taxa de crescimento econômico nos países selecionados.

**Tabela 2:** Variáveis Selecionadas.

Variáveis	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Omissões
Crescimento Econômico	1186	2,97	3,47	-14,72	18,29	158
Estabilidade institucional	1304	39,23	41,42	0	204	40
Amplitude democrática	1283	8,91	1,29	2,83	10	61
Capital humano <sup>2</sup>	1220	8,60	2,75	2,6	13,89	124
Peso relativo da dívida pública	985	44,85	19,87	3,89	146,51	359

Globalização econômica	1100	60,96	16,98	0	93,58	244
Globalização política	1123	75,11	17,60	22,80	99,35	221
(ln)População	1200	16,17	1,59	12,44	19,57	144

Fonte: Elaborado pelos autores.

A estratégia empírica adotada obedeceu ao perfil da distribuição de dados e a natureza das informações que a compõem, considerando que variáveis econômicas mantêm relação com sua trajetória prévia, por isso a adoção de um painel dinâmico.

Outro aspecto diz respeito à construção do painel dinâmico, com muitos indivíduos e curto período de tempo, assim como a variável dependente com coeficiente autorregressivo, variáveis explicativas não estritamente exógenas, relação funcional linear, efeito fixo para indivíduos, e erros não cilíndricos, a escolha do método de estimação, como recomenda a literatura, recaiu sobre o Método dos Momentos Generalizados (GMM), usando estimadores Arellano e Bond (1991) e erro padrão robusto.

Optou-se pela execução de modelos de estimação a partir de três conjuntos de dados, apenas os países latino-americanos, países que compõe a OCDE e países da OCDE juntamente aos latino-americanos. Esta opção permite comparar as estimações em diferentes realidades.

Procedendo então para uma análise multivariada com o objetivo de testar as hipóteses de trabalho elencadas, foram formuladas duas hipóteses que buscaram captar possíveis conexões entre Democracia, Crescimento econômico e Globalização (Tabela 3). A primeira hipótese é de que (h1) um maior nível de democratização é responsável por gerar um maior crescimento econômico nos países analisados.

Os modelos demonstram que, na América Latina, a amplitude democrática não explica o desenvolvimento econômico, que é explicado pela estabilidade institucional. Para os países da OCDE, estas variáveis não possuem qualquer significância estatística. Por seu turno, quando analisado o conjunto dos dados como um todo, quanto maior a amplitude democrática, e mais estáveis as instituições, maior será o crescimento econômico.

Por sua vez, a segunda hipótese é de que (h2) um maior nível de globalização nos Estados escolhidos afeta, de forma positiva, o desenvolvimento econômico nos países outrora citados. Com a opção pela adoção de dois índices de globalização, um para economia e outro

político, a hipótese é corroborada (com exceção do modelo 3), no que diz respeito aos efeitos da globalização econômica sobre o crescimento econômico.

No que tange ao índice de globalização política, a variável se mostrou estatisticamente significativa apenas nos países da OCDE, e apresentando sinal inverso ao esperado. Vale destacar a significância estatística do peso relativo da dívida pública e seu impacto negativo sobre o crescimento econômico.

**Tabela 3:** Resultado das Estimções – Variável Dependente: variação % do PIB.

Variáveis	GMM (Arellano-Bond - Dois Estágios)					
	Modelos					
	LA [1]	LA [2]	OCDE [3]	OCDE [4]	Geral [5]	Geral [6]
L1 – variação%pib <sub>t-1</sub>	0,165	0,163	<b>0,369**</b> *	<b>0,378**</b> *	<b>0,357***</b>	<b>0,350***</b>
	-0,122	-0,115	-0,126	-0,131	-0,096	-0,099
Amplitude democrática	1,275	-	1,167	-	<b>1,731**</b>	-
	-0,828		-1,248		-0,785	
Estabilidade institucional	-	<b>0,169**</b> *	-	0,068	-	<b>0,111**</b>
		-0,115		-0,353		-0,053
Capital humano <sup>2</sup>	0,892	-0,064	0,66	0,463	0,189	-0,477
	-3,253	-0,059	-1,338	-1,799	-0,812	-0,874
Índice de globalização econômica	<b>0,293**</b>	<b>0,302**</b> *	0,159	<b>0,187*</b>	<b>0,266***</b>	<b>0,275***</b>
	-0,122	-0,114	-0,102	-0,112	-0,081	-0,078
Índice de globalização política	-0,163	-0,164	<b>-0,267**</b>	<b>-0,272**</b>	-0,194	-0,178
	-0,183	-0,199	-0,115	-0,121	-0,119	-0,114
Peso relativo da dívida pública (%)	<b>-0,060*</b>	<b>-0,064**</b>	<b>-0,349**</b>	<b>-0,336*</b>	<b>-0,076**</b>	<b>-0,079**</b>
	-0,031	-0,033	-0,175	-0,177	-0,032	-0,032

População	-22,993	-24,832	-27,098	-30,807	<b>-18,438**</b>	<b>-20,746**</b>
	-31,048	-38,523	-23,58	-39,631	-8,237	-8,537
Intercepto	360,881	402,987	464,552	531,317	<b>291,755**</b>	<b>343,930**</b>
	-487,223	-599,537	-383,922	-654,424	-129,371	-136,776
Obs.	252	252	516	516	733	733
Wald x <sup>2</sup>	21,65	29,82	19,95	21,05	32	31,17
Prob > x <sup>2</sup>	0	0	0	0	0	0
Nº de instrumentos	27	27	29	29	29	29

Fonte: Elaborado pelos autores. \*p < 10%, \*\*p < 5%, \*\*\*p < 1.

## Conclusões

Esse artigo averiguou- a existência – ou não, da relação entre democracia, crescimento econômico e globalização nos países da América Latina e OCDE, nos anos de 1990-2013. Para tanto, procedeu-se com a adoção de um painel dinâmico, que utilizou o Método de Momentos Generalizados (GMM) como estimação. Assim, para uma análise mais robusta dos dados, optou-se pela execução de três modelos, o que permitiu averiguar cada bloco de países separadamente e, depois, em conjunto.

Foi demonstrado que os níveis democráticos para os países da América Latina não corroboram para um maior crescimento econômico. O que interfere em uma melhoria no cenário econômico latino-americano é o caráter estável das instituições. Nesse sentido, percebeu-se que a estabilidade das instituições se faz fundamental para que se possa contemplar um maior nível de desenvolvimento econômico na América Latina, e não o nível democrático do regime político, como outrora se pensava.

No caso dos países da OCDE, as variáveis selecionadas fizeram com que os modelos não se mostrassem estatisticamente significantes, como foi demonstrado. Diferentemente da América Latina, os países da OCDE já possuem regimes políticos mais consolidados e um nível de estabilidade institucional mais maduro. Dessa forma, caberia a escolha de outras variáveis para que a hipótese 1 da pesquisa pudesse ter sido testada de forma mais efetiva. Todavia, a análise conjunta dos países em um modelo único, permitiu concluir que a

amplitude democrática é responsável por afetar positivamente o crescimento econômico dos casos em questão.

Em relação aos modelos construídos a partir da segunda hipótese, verificou-se que uma maior globalização política provoca um maior crescimento econômico apenas nos países da OCDE. No tocante a América Latina, observou-se que, quanto maior a globalização com viés econômico, maior o desenvolvimento econômico dos países da região. No caso da OCDE, tanto a globalização econômica quanto política influencia positivamente no crescimento econômico dos Estados-membro da organização.

Em síntese, as análises indicam que a globalização econômica afeta positivamente o crescimento econômico tanto na América Latina quanto na OCDE. Além disso, a variável democracia não se mostrou fundamental na promoção do desenvolvimento econômico de ambos os blocos de países analisados. No mais, para a América Latina, conseguiu-se observar que, no recorte temporal proposto, a existência de instituições maduras e fortificadas é ponto fundamental para melhorar níveis de desenvolvimento econômico dos países.

Por fim, cabe ressaltar que esta pesquisa ainda está em processo de realização e os modelos aqui construídos não são finais. Pode-se, ainda, ampliar a quantidade de países analisados e acrescentar novas variáveis que se julguem relevantes para a construção e aprofundamento da pesquisa. Um passo promissor parece ser a inclusão do Índice de Complexidade Econômica<sup>5</sup> e compreender a tendência de que países economicamente mais complexos são mais prósperos em termos de PIB e possuem melhores posicionados na economia mundial.

## **Referências**

ACEMOGLU, Daron, et al., (2015). Democracy does cause growth. *In NBER Working Paper*, No. 20004.

ACEMOGLU, Daron. (2003). The form of property rights: oligarchic vs. democratic societies. *In NBER Working Paper Series*; No. 10037.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. (2012). **Por que as nações fracassam**. Rio de Janeiro: Elsevier.

---

<sup>5</sup> Variável adotada nas análises de Alencar et al. (2018) e Hidalgo e Hausmann (2009) e disponível em Atlas of Economic Complexity (2023).

- ACS, Zoltan J., et al. (2014). The continued search for the solow residual: the role of national entrepreneurial ecosystem. **IZA Discussion Papers**, 8652: 1-44. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2534680>
- ADELMAN, I. and MORRIS, C. (1967). **Society, politics and economic development**. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- ALENCAR, Júlia F. L., et al. (2018). Complexidade econômica e desenvolvimento: uma análise do caso latino-americano. **Novos Estudos Cebrap**, 37 (2): 247-271. <http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201800020005>
- ALESINA, Alberto; RODRIK, Dani. (1994). Distributive politics and economic growth. **Quarterly Journal of Economics**, 109 (2): 465-490. <http://dx.doi.org/10.2307/2118470>
- ARELLANO, Manuel; BOND, Stephen. (1991). Some tests of specification for panel data: monte carlo evidence and an application to employment equations. **Review of Economic Studies**, 58 (2): 277-297. <http://dx.doi.org/10.2307/2297968>
- ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY. (2023). **Country & Product Complexity Rankings**. Disponível em: [<https://atlas.cid.harvard.edu/rankings>]. Acesso: 02/03/2023.
- BARRO, Robert J. (1989). The ricardian approach to budget deficits. **Journal of Economic Perspectives**, 3: 37-54. <http://dx.doi.org/10.1257/jep.3.2.372>
- BARRO, Robert J; LEE, Jong Wha, (2013). A new data set of educational attainment in the world, 1950–2010. **Journal of Development Economics**, 104: 184-198. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2012.10.001>
- BATES, Robert H.; FAYAD, Ghada; HOEFFLER, Anke. (2012). The state of democracy in Sub-Saharan Africa. **International Area Studies Review**, 15 (4): 323-338. <http://dx.doi.org/10.1177/2233865912462373>
- BÉNABOU, Roland. (1996). Inequality and growth. **NBER Macroeconomics Annual**, 11: 11-92. <http://dx.doi.org/10.1086/654291>
- CALVOCORESSI, Peter. (2011). **Política mundial a partir de 1945**. Tradução Roberto Cataldo Costa. 9. ed. Porto Alegre: Penso.
- DREHER, Axel. (2006). Does globalization affect growth? Empirical evidence from a new index. **Applied Economics**, 38 (10): 1091-1110. <http://dx.doi.org/10.1080/00036840500392078>
- FIANI, Ronaldo. (2002). Crescimento econômico e liberdades: a economia política de Douglass North. **Revista Economia e Sociedade**, 11 (18): 45-62.
- FITTIPALDI, Ítalo, et al. (2017). Crescimento econômico, democracia e instituições: quais as evidências dessas relações causais na América Latina? **Revista de Sociologia e Política**, 25(62): 115-129. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987317256205>
- GERRING, John, et al. (2005). Democracy and growth: a historical perspective. **World Politics**, 57 (3): 323-364. <http://dx.doi.org/10.1353/wp.2006.0002>
- GRIER, Kevin B.; TULLOCK, Gordon. (1989). An empirical analysis of cross-national economic growth, 1951-80. **Journal of Monetary Economics**, 24 (2): 259-276. [http://dx.doi.org/10.1016/0304-3932\(89\)90006-8](http://dx.doi.org/10.1016/0304-3932(89)90006-8)



- HELLIWELL, John F. (1992). Empirical linkages between democracy and economic growth. *In NBER Working Paper #4066*. Cambridge: National Bureau of Economic Research.
- HIDALGO, César; HAUSMANN, Ricardo. (2009). The building blocks of economic complexity. *PNAS*, 106(26): 10570-10575. <http://dx.doi.org/10.1073/pnas.0900943106> PMID:19549871.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1968). **Political order in changing societies**. New Haven: Yale University Press.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1968). **Political order in changing societies**. New Haven: Yale University Press.
- KISSINGER, Henry. (2014). **World order**. New York: Penguin Press.
- KOHLI, Atul. (1986). Democracy and development. In: LEWIS, John P.; KALLAB, Valeriana (ed.). **Development strategies reconsidered**. New Brunswick: Transaction Books, 153-182.
- KORMENDI, Roger C.; MEGUIRE, Philip G. (1985). Macroeconomic determinants of growth: cross-country evidence. *Journal of Monetary Economics*, 16 (2): 141-163. [http://dx.doi.org/10.1016/0304-3932\(85\)90027-3](http://dx.doi.org/10.1016/0304-3932(85)90027-3)
- LANDAU, Daniel. (1986). Government and economic growth in the less developed countries: an empirical study for 1960-1980. *Economic Development and Cultural Change*, 35 (1): 35-75. <http://dx.doi.org/10.1086/451572>
- LINDBLOM, Charles E. (1977). **Politics and markets: the world's political economic systems**. New York: Basic Books.
- LIPSET, Seymour M. (1959). Some social requisites of democracy: economic development and political legitimacy. *The American Political Science Review*, 53 (1): 69-105. <http://dx.doi.org/10.2307/1951731>
- LIZZERI, Alessandro; PERSICO, Nicola. (2004). Why did the elites extend the suffrage? Democracy and the scope of government, with an application to Britain's "age of reform". *Quarterly Journal of Economics*, 119 (2): 707-765. <http://dx.doi.org/10.1162/0033553041382175>
- MAGALHÃES, André Matos; BRANCO, Victor Carvalho Castelo; CAVALCANTI, Tiago Vasconcelos. (2007). Abertura comercial, crescimento econômico e tamanho dos estados: evidências para o Brasil. *In Anais do Encontro Nacional de Economia ANPEC*. Recife: ANPEC, 1-20.
- MAGNOLI, Demétrio; BARBOSA, Elaine Senise. (2013). **O leviatã desafiado: 1946 - 2001**. Rio de Janeiro: Record.
- NOGUEIRA, Leilyanne Viana; FERREIRA, Roberto Tatiwa. (2017). Os impactos da abertura comercial e do investimento direto sobre o investimento doméstico. *Estudos Econômicos* 473531557 <http://dx.doi.org/10.1590/0101-41614734lnr>
- OLIVEIRA, Henrique Altemani. (2005). **Política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva.

- PAPAIOANNOU, Elias; SIOUROUNIS, Gregorios.(2008). Democratisation and growth. **Economic Journal**, 118 (532): 1520-1551. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-0297.2008.02189.x>
- PERSSON, Torsten; TABELLINI, Guido, (1994). Is inequality harmful to growth? **American Economic Review**, 84 (3): 600-621.
- POURGERAMI, Abbas. (1988). The political economy of development: a cross-national causality test of development-democracy-growth hypothesis. **Public Choice**, 58 (2): 123-141. <http://dx.doi.org/10.1007/BF00125718>
- PRZEWORSKI, Adam; LIMONGI, Fernando. (1993). Political regimes and economic growth. **Journal of Economic Perspectives**, 7(3): 51-69. <http://dx.doi.org/10.1257/jep.7.3.51>
- PSACHAROPOULOS, George. (1994). Returns to investment in education: a global update. **World Development**, 22 (9): 1325-1343. [http://dx.doi.org/10.1016/0305-750X\(94\)90007-8](http://dx.doi.org/10.1016/0305-750X(94)90007-8)
- RAO, Vaman. (1985). Democracy and economic development. **Studies in Comparative International Development**, 19 (4): 67-81.<http://dx.doi.org/10.1007/BF02743750> PMID:12340151.
- REMMER, Karen L. (1990). Democracy and economic crisis: the Latin American experience. **World Politics**, 42 (3): 315-335. <http://dx.doi.org/10.2307/2010414>
- RODRIK, Dani; WACZIARG, Romain. (2005). Do democratic transitions produce bad economic outcomes? **American Economic Review**, 95 (2): 50-55. <http://dx.doi.org/10.1257/000282805774670059>
- SCHUMPETER, Joseph Alois. (1961). **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- SLOAN, John; TEDIN, Kent L. (1987). The consequences of regimes type for public-policy outputs. **Comparative Political Studies**, 20 (1): 98-124. <http://dx.doi.org/10.1177/0010414087020001005>
- TAVARES, José; WACZIARG, Romain. (2001). How democracy affects growth. **European Economic Review**, 45 (8): 1341-1378. [http://dx.doi.org/10.1016/S0014-2921\(00\)00093-3](http://dx.doi.org/10.1016/S0014-2921(00)00093-3)
- TEORELL, Jan. (2010). **Determinants of democratization: explaining regime change in the world, 1972 - 2006**. Cambridge, UK: Cambridge University Press. <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511762727>.
- WEEDE, Erich. (1983). The impact of democracy on economic growth: some evidence from cross-national analysis. **Kyklos**, 36 (1): 21-39. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-6435.1983.tb02659.x>
- WITTMAN, Donald A. (1999). **O mito do fracasso da democracia: por que as instituições são eficientes?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.